

Descrição arquivística e a fotografia: o caso da Fototeca da Fundação Pierre Verger

Caroline dos Santos Araújo Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0009-0009-8691-173X>
carolinearaujo138@gmail.com

Ana Claudia Medeiros de Sousa Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5478-1813>
ana.violista@gmail.com

Resumo O presente artigo contextualiza a fotografia como documento arquivístico carregado de informações capazes de revelar o contexto de produção e transparecer aspectos socioculturais portadores de potencialidades interpretativas. Desta forma, esta pesquisa teve o objetivo de evidenciar os elementos de descrição arquivística adotados pela Fototeca da Fundação Pierre Verger (FPV) frente aos possíveis discursos polissêmicos da fotografia. Configura-se como estudo descritivo, uma vez que buscou descrever de forma contextualizada determinado fenômeno ou objeto; neste caso, a Fototeca *online* da FPV. A pesquisa também se caracteriza como documental, cujos métodos adotados foram o de estudo de caso e a observação direta da Fototeca. Mediante a análise dos dados, constatou-se que as atividades de descrição da FPV se dão do geral para o particular, em uma estrutura hierárquica e temática que se consolida como atividade intelectual provedora de possibilidades de compreensão mútua entre a objetividade e subjetividade presente nas fotografias. Portanto, considerando os aspectos informacionais e nuances interpretativas que permeiam o documento fotográfico, entende-se que a descrição arquivística pode favorecer o processo de apropriação da informação orgânica e a interpretação de conteúdos socioculturais cristalizados na fotografia.

Palavras-chave Descrição arquivística. Discursos polissêmicos. Fotografia. Fundação Pierre Verger.

Archival description and photograph: the case of the Fototeca da Fundação Pierre Verger

Abstract This article contextualizes photography as an archival document laden with information capable of revealing the context of production and revealing sociocultural aspects that carry interpretive potential. Thus, this research aimed to highlight the elements of archival description adopted by the Fototeca da Fundação Pierre Verger (FPV) in view of the possible polysemic discourses of photography. It is configured as a descriptive study, since it sought to describe a certain phenomenon or object in a contextualized way; in this case, the FPV Online Photo Library. The research is also characterized as documental, whose methods adopted were the case study and direct observation of the Fototeca. Through data analysis, it was found that FPV description activities occur from the general to the particular, in a hierarchical and thematic structure that is consolidated as an intellectual activity that provides possibilities for mutual understanding between the objectivity and subjectivity present in the photographs. Therefore, considering the informational aspects and interpretative nuances that permeate the photographic document, it is understood that the archival description can favor the process of appropriating organic information and the interpretation of sociocultural content crystallized in the photograph.

Keywords Archival description. Polysemic speeches. Photography. Pierre Verger Foundation.

Descripción de archivo y fotografía: el caso de la Fototeca da Fundação Pierre Verger

Resumen Este artículo contextualiza la fotografía como un documento de archivo cargado de información capaz de revelar el contexto de producción y revelar aspectos socioculturales que tienen un potencial interpretativo. Así, esta investigación tuvo como objetivo resaltar los elementos de descripción

arquivística adoptados por la Fototeca da Fundação Pierre Verger (FPV) frente a los posibles discursos polisémicos de la fotografía. Se configura como un estudio descriptivo, ya que buscaba describir un determinado fenómeno u objeto de manera contextualizada; en este caso, la biblioteca de fotos en línea de FPV. La investigación también se caracteriza como documental, cuyos métodos adoptados fueron el estudio de caso y la observación directa de la Fototeca. A través del análisis de datos, se encontró que las actividades de descripción del FPV se dan de lo general a lo particular, en una estructura jerárquica y temática que se consolida como una actividad intelectual que brinda posibilidades de entendimiento mutuo entre la objetividad y subjetividad presentes en las fotografías. Por tanto, considerando los aspectos informativos y matices interpretativos que permean el documento fotográfico, se entiende que la descripción arquivística puede favorecer el proceso de apropiación de la información orgánica y la interpretación del contenido sociocultural cristalizado en la fotografía.

Palabras clave Descripción arquivística. Discursos polisémicos. Fotografía. Fundación Pierre Verger.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 15/09/2023

Aprovado em 30/10/2023

Publicado em 01/01/2024

1 INTRODUÇÃO

O documento permite o registro e o acesso a informações, favorece a transmissão e a construção do conhecimento, materializa ações, comprova acontecimentos. Contudo, é estabelecida uma diferença conceitual entre os termos “documento” e “documento arquivístico”. Este último refere-se ao “[...] que foi elaborado ou utilizado no decorrer de uma atividade administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual ele é parte, e posteriormente, conservado para sua própria informação por seu produtor ou custodiador legítimo”, como defende Jenkinson (1937, p. 11, tradução nossa). Incorporando a definição e em diálogo à tese de Paes (2004), o documento arquivístico expande seu escopo ao informar e comprovar atividades administrativas de forma orgânica e autêntica, como também adquire facetas memorialísticas ao materializar fatos históricos e culturais.

Em essência, o que caracteriza o documento como arquivístico é o contexto orgânico de sua produção e cumulatividade. Cada fundo arquivístico é único em sua existência e é também o resultado do processo acumulativo “natural” de documentos que, em conjunto, estabelecem narrativas resultantes das funções e atividades de seu produtor e podem estar materializados em diferentes gêneros, como textuais, sonoros, tridimensionais, iconográficos etc. Ou seja, o fundo arquivístico reúne um conjunto de itens documentais que têm relação orgânica, pois são/foram produzidos e acumulados no decurso das funções desempenhadas por seus produtores, que podem ser uma pessoa, uma família ou uma entidade coletiva.

Para chegar até o ato de disponibilização e acesso, o documento passa por interferências desde sua produção, avaliação, descrição, difusão, além de outras funções arquivísticas que subsidiam a salvaguarda de documentos e o uso desses. Dentre essas funções, esta pesquisa centra-se na atividade de descrição arquivística, que é pautada em normas e padrões indicados por associações e instituições representativas de Arquivo, com o intuito de subsidiar uma padronização nos processos de compartilhamento, recuperação e acesso à informação.

Nessa conjuntura, a pesquisa contextualiza a fotografia como documento arquivístico portador da informação, atribuída de identidade e contexto estabelecidos por seu produtor/acumulador desde sua criação, susceptível de múltiplas potencialidades interpretativas. Como consequência, a fotografia se torna passível de análise e tratamento a partir dos preceitos das atividades fundamentais da arquivística, dentre elas a padronização descritiva.

Esta pesquisa teve o objetivo de evidenciar os elementos de descrição arquivística adotados pela Fototeca da Fundação Pierre Verger (FPV) frente aos possíveis discursos polissêmicos da fotografia. Por isso, trata-se de uma pesquisa descritiva e documental, que adota os métodos de estudo de caso e observação direta, com o uso da abordagem qualitativa para análise dos dados.

Esse trabalho se justifica pela relevância de estudos que versem sobre a descrição arquivística, prática que cada vez mais deve ser adotada por arquivistas visando a organização e recuperação dos mais variados itens documentais, como as fotografias. A escolha da Fototeca da Fundação Pierre Verger como *corpus* foi motivada pelo significativo valor simbólico que o referido acervo possui para cultura baiana.

A FPV é uma instituição não-governamental cujo objetivo primário é tornar acessível ao grande público o acervo arquivístico pessoal e profissional de Pierre Verger. Localizada no bairro Engenho Velho de Brotas na cidade de Salvador/BA, a Fundação é responsável em custodiar cerca de 62 mil fotografias, documentos textuais, bibliográficos, sonoros e audiovisuais. Dentre seus outros objetivos estão o fomento à arte, à cultura e à pesquisa (Fundação Pierre Verger, 2022).

Pierre Edouard Léopold Verger foi um fotógrafo, antropólogo, etnólogo e pesquisador nascido em 1902, na cidade de Paris. Quando já adulto, decidiu viajar pelo mundo e registrar o que viu e aprendeu sobre as culturas locais dos países dos quais visitou. Grande parte de seus estudos fotográficos se concentraram no continente africano. Após catorze anos viajando, encontrou seu lar na cidade de Salvador/BA (Fundação Pierre Verger, 2022).

Ainda durante seus anos enquanto fotógrafo itinerante, iniciou seus estudos antropológicos e religiosos comparativos entre as semelhanças presentes na cultura negra no estado da Bahia e na África Ocidental. Tornou-se ainda mais renomado, consolidando-se como pesquisador e referência

para estudos culturais e de religiões de matrizes africanas. Pierre Verger trazia em si a consciência da importância no ato de compartilhar seus conhecimentos adquiridos, registrados e acumulados em vida. Já aposentado de suas viagens, passou a dedicar esforços para tornar acessível seu acervo e legado. Logo então, no ano de 1988, criou a Fundação Pierre Verger (Baradel, 2015).

A Fototeca disponibiliza de forma *online* e gratuita cerca de 6 mil fotografias, todas pertencentes ao fundo documental produzido por Pierre Verger. A Fototeca configura-se como um dispositivo informacional que possibilita o acesso a uma parcela considerável do fundo arquivístico custodiado pela Fundação.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E AS NUANCES DAS FOTOGRAFIAS

Iniciando o debate a partir da análise etimológica da palavra descrição — derivada do latim *descriptio*, que significa cópia, desenho, traço, delimitação ou classificação; proveniente do verbo *describere*, definido como o ato de "escrever sobre" —, Duranti (1993, p. 47, tradução nossa) pontua que "[...] o termo 'descrição arquivística' significa literalmente escrever sobre material arquivístico e abrange ideias de representação, identificação e organização." De tal maneira, a descrição arquivística pode ser compreendida como:

[...] o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados (Society of American Archivists, 1988 *apud* Hagen, 1998, p. 294).

Assim, a descrição arquivística quando devidamente realizada, permite efetivo entendimento do contexto no qual o fundo foi gerado, tornando-se aparato de análise histórica, social e informacional. As atividades de descrição devem ser consideradas como práticas fundamentais para o desenvolvimento de outras funções intelectuais do arquivo, e também criadoras de produtos e serviços advindos do ambiente arquivístico para seu público-alvo.

Dentre os dispositivos norteadores para a criação de produtos e serviços arquivísticos provenientes da descrição, pontua-se em âmbito internacional a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística — ISAD(G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística — ISAAR (CPF). Já em contexto brasileiro, evidencia-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística — NOBRADE.

Infere-se, então, a premissa de que o labor intelectual imbuído ao processo das atividades de representação — pautadas em normas e padrões — compreende-se de objetividade e asserção ao ato de transmitir e evidenciar a informação arquivística e suas referidas possibilidades de

interpretação — ou seja —, seus discursos polissêmicos estão presentes desde o item documental fotográfico até o fundo arquivístico. Tal afirmativa vai de encontro a de Duranti (1994, p. 52), quando discorre que:

As relações entre os documentos, e entre eles e as transações das quais são resultantes, estabelecem o axioma de que um único documento não pode se constituir em testemunho suficiente do curso de fatos e atos passados: os documentos são interdependentes no que toca a seu significado e sua capacidade comprobatória. Em outras palavras, os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade.

Diante do exposto, reitera-se que a descrição arquivística é uma atividade de cunho intelectual que permeia outros escopos do campo da Arquivologia, desdobrando-se para aspectos de interpretação e análise sociocultural do contexto de produção dos documentos; esses permeados de objetividades e subjetividades possíveis, mediante o auxílio e uso das normas descritivas, uma vez que as normas de descrição alcançam elementos formais/físicos e conteúdo nos processos de representação. Ademais, pautado no escopo abrangido pelas atividades de representação em âmbito arquivístico, o presente artigo visa tornar evidente o uso e aplicabilidade da descrição arquivística presente em documentos fotográficos da Fototeca *online* da Fundação Pierre Verger (FPV), a fim de compreender possíveis discursos polissêmicos.

É válido citar a reflexão de Lopez (2001) ao apontar que o crescente uso administrativo de imagens/fotografias nas instituições não corresponde ao ritmo da elaboração de procedimentos técnicos para sua gestão. Portanto, nas práticas arquivísticas, são necessários avanços que garantam a usabilidade e salvaguarda desses itens documentais.

A fotografia é um registro visual. Enquanto fenômeno imagético permite a compreensão de fatos e momentos históricos, e apresenta perspectivas múltiplas a respeito de um tempo, cultura ou crença. Como documento arquivístico é um artefato de informação, sendo essa apropriada mediante análise interpretativa de quem consulta. A popularização da fotografia se deu por volta do século XX durante a Revolução Industrial e, desde então, consolidou-se como presente na cultura dos registros visuais.

Segundo Malverdes e Lopez (2017) a fotografia é um registro fidedigno de um ato, é a captura de um momento único eternizado a partir da perspectiva de um fotógrafo e sua câmera. Henrique (2010) instiga ao afirmar que a fotografia não é neutra, seu produtor deseja transmitir um discurso, perpetuar um ato, transformando-o em memória a partir de sua perspectiva de análise do que foi fotografado. Rodrigues (2014) justifica que o registro fotográfico é a constatação

da existência, a transmissão de um discurso e/ou informação; fator que caracteriza sua existência enquanto documento de caráter probatório e social.

A fotografia é um documento subjetivo desde sua gênese até sua custódia em arquivo permanente. Como documento arquivístico, representa crenças, fatos históricos, afere identidade; é dispositivo cultural e para além disso: “[...] são nossos olhos passados, presentes e futuros, olhos da história, roupas, nudezas e paredes da história. Roupagens e montagens de tempos heterogêneos. De vivências presentes, de sobrevivências, de ressurgências, de tantas outras memórias (individuais e coletivas)” (Samain, 2012, p. 162).

Já Kossoy (2007, p. 131) define fotografia como “[...] memória enquanto registro da aparência dos cenários, personagens, objetos, fatos; documentando vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência/ocorrência.” Com base nesse entendimento, compreende-se que a fotografia materializa vestígios de memórias ao revelar aspectos do contexto social, cultural e o tempo histórico em que foi produzida.

Essenciais a seu modo memorialístico e comprobatório, a fotografia tem consigo um duplo valor: o informativo e o artístico, que concomitantemente revolucionam o modo de apresentar e remeter à memória do ato registrado. (Le Goff, 1990; Heredia Herrera, 2016). Estas duas capacidades de análise do documento fotográfico inter cruzam-se e dialogam simultaneamente, como também carecem de análises individuais, dada suas equivalentes importâncias.

Para tanto, a consolidação da atividade descritiva de documentos fotográficos ocorre por meio da compreensão mútua e balanceamento dos discursos inerentes às fotografias. Sá (2018, p. 98) evidencia a importância intelectual da análise discursiva ao dizer que a fotografia como documento é “[...] produtor de sentido, cuja busca do significado está sujeita ao encontro com a sua referencialidade e seu caráter polissêmico que convida à interpretação, porta aberta à subjetividade.”

Acrescendo ao debate, Campos (2006) determina os discursos polissêmicos do registro documental em dois escopos: os objetivos e subjetivos. Os discursos objetivos são os elementos precisos ao ato de interpretação e análise. Já os subjetivos são analisados mediante o contexto de produção, implicando em uma análise social do momento registrado, como também demais influências que determinaram a produção do documento.

Ampliando para o âmbito da perspectiva de padronização descritiva arquivística, a ISAD(G) debruça-se sobre o caráter da interpretação objetiva, visto que os metadados acerca da autoria, data, local e título caracterizam-se de objetividade e viés técnico. Enquanto a ISAAR (CPF) alia-se ao processo de criação de registros de autoridade e pontos de acesso mediante à tematização de

assuntos para delimitar o escopo de abrangência da descrição, portanto, alcançando aspectos subjetivos do item documental. Por sua vez, a NOBRADE abrange os dois campos de discursos, visto que sua elaboração foi concebida a partir de adaptações das instruções normativas mencionadas anteriormente.

Logo, a padronização de representação das informações extraídas de fotografias permite compreender o contexto de produção; possibilitam a sequência lógica entre a criação e cumulatividade orgânica entre os documentos arquivísticos de um fundo documental. Também permite a inserção eficaz de documentos e fundos arquivísticos em ambientes informatizados, além da interoperabilidade com demais acervos que também adotam a mesma linguagem descritiva padronizada.

O arquivista, antes de iniciar as atividades descritivas, necessita imergir-se no contexto da produção das fotografias para compreender o que necessita ser evidenciado. Para tanto, a utilização das normas de descrição arquivísticas apresentadas anteriormente caracterizam-se como uma alternativa eficaz para a representação das informações da fotografia. A eficácia do método destaca-se mediante ao fato de que as normas de descrição “[...] podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos” (Conselho Internacional de Arquivos, 2000, p. 11), abrangendo fundos arquivísticos com documentos audiovisuais, iconográficos e textuais.

Smit (1987) aponta que a descrição de fotografias nunca será completa, uma vez que alguns elementos serão evidenciados em detrimento de outros. Contudo, a objetividade deve ser um fator preponderante no momento da descrição.

Os elementos descritivos essenciais trazidos na ISAD(G), ISAAR (CPF) e NOBRADE já otimizam as atividades de representação. A evidência destes elementos permite a busca, recuperação e acesso de forma objetiva e em respeito aos princípios arquivísticos, visto que “[...] as necessidades do usuário desse tipo de acervo são similares em relação ao contexto em que a imagem está inserida e que há várias interpretações possíveis para uma mesma imagem, o desafio da descrição continua presente.” (Pavezi; Flores; Perez, 2009, p. 204).

Infere-se que as atividades de descrição são essenciais a todo documento arquivístico, independentemente de seu gênero ou espécie. Essa afirmação encontra respaldo no discurso de Paes (2004), quando categoriza e inclui as fotografias como documentos especiais — vide a maior exigência de custos e refinamento na gestão documental; logo, a descrição de fotografias também adquire teor de especialidade e caráter essencial. A afirmação se dá pelo papel de instrumento

interpretativo que a descrição arquivística adquire no momento da análise de um documento fotográfico.

Reitera-se que a padronização da descrição arquivística auxilia na compreensão e análise dos discursos objetivos e subjetivos inerentes aos documentos fotográficos. Heredia Herrera (1991, p. 81, tradução nossa) acresce ao diálogo quando defende o uso das normas descritivas objetivando a padronização como meio de fomento ao acesso informacional; “[...] criando assim um processo de circulação da informação que tende a estabelecer uma ligação entre documentos e usuários e cumprindo assim o objetivo final que qualquer documento propõe: o de sua difusão.”

Assim, a descrição arquivística de fotografias consolida-se como atividade de escopo intelectual ao carecer de análises sociais e culturais para a compreensão das narrativas consolidadas por seus respectivos produtores no momento da gênese documental. Por sua vez, o arquivista adquire o papel de pesquisador e intérprete intelectual no momento de realização das atividades descritivas. Logo, evidencia-se a essencialidade da gestão documental alinhadas aos princípios arquivísticos para otimização das análises contextuais e atividades de representação.

3 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Esta pesquisa se configura como descritiva, uma vez que buscou descrever de forma contextualizada determinado fenômeno ou objeto; neste caso, a Fototeca *online* da Fundação Pierre Verger (FPV). Gil (2002, p. 42) aponta que “[...] as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

A pesquisa também se caracteriza como documental, cujos métodos adotados foram o de estudo de caso e a observação direta da Fototeca disponível em ambiente informatizado e disponibilizada no *site* institucional da Fundação. A investigação ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2022, com o uso de diário para registro dos indícios identificados. Outrossim, o dispositivo foi observado quanto às questões de interface, busca e recuperação da informação, com foco nos elementos de descrição adotados pela FPV.

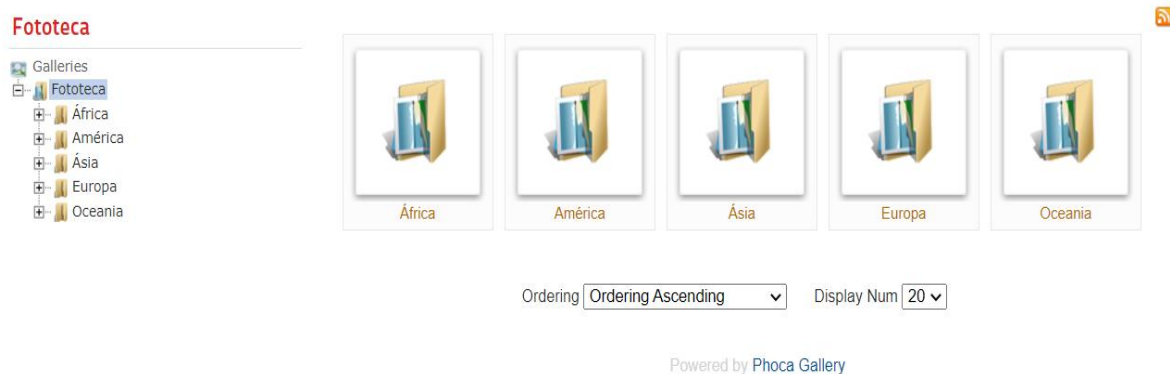
A observação possibilitou a identificação dos discursos polissêmicos existentes nos registros fotográficos e, por consequência, registrados na representação padronizada da informação adotada pela FPV. A análise dos dados foi pautada na abordagem qualitativa, que viabilizou a interpretação de aspectos subjetivos do objeto analisado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Fototeca da FPV configura-se um dispositivo *online* fomentador de acesso gratuito de uma amostra de cerca de 6 mil fotografias — aproximadamente 10% — do acervo fotográfico produzido por Pierre Verger. A observação norteou-se a partir da premissa da qual visualiza-se a Fototeca como dispositivo pautado na sistematização hierárquica e de multinível das fotografias disponibilizadas para acesso.

A princípio, a página inicial do referido dispositivo apresentou — em ordem alfabética — os cinco continentes pelos quais Verger percorreu. As evidências apontaram para o estabelecimento de possibilidades de interação no dispositivo a partir do caráter hierárquico, iniciando pela divisão continental. A figura 1, apresentada a seguir, contextualiza a dinâmica de navegação estabelecida entre os cinco continentes.

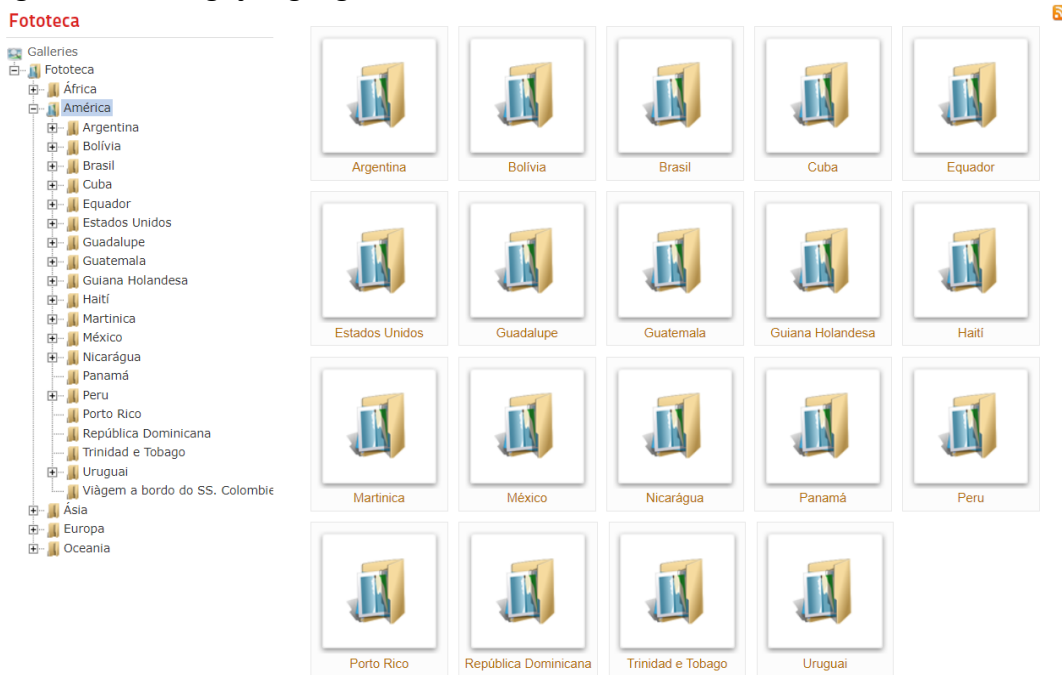
Figura 1 — Navegação geográfica da Fototeca: continentes



Fonte: Fundação Pierre Verger (2022).

Desta forma, observou-se o desdobramento da divisão continental para o nível de país; este padrão interativo foi identificado em todos os continentes fotografados. Adiante, foi selecionado o continente da América com o ensejo de exemplificar a hierarquização adotada. Com isso, pode-se considerar a premissa da qual a figura 1 remete a métodos de organização e descrição das fotografias que correspondem aos preceitos da ISAD(G) e NOBRADE quanto à descrição multinível; ou seja, a representação se dá do geral para o particular, em uma estrutura hierárquica. A figura 2 incube-se de apresentar a divisão de países dentro do continente americano.

Figura 2 — Navegação geográfica da Fototeca: América

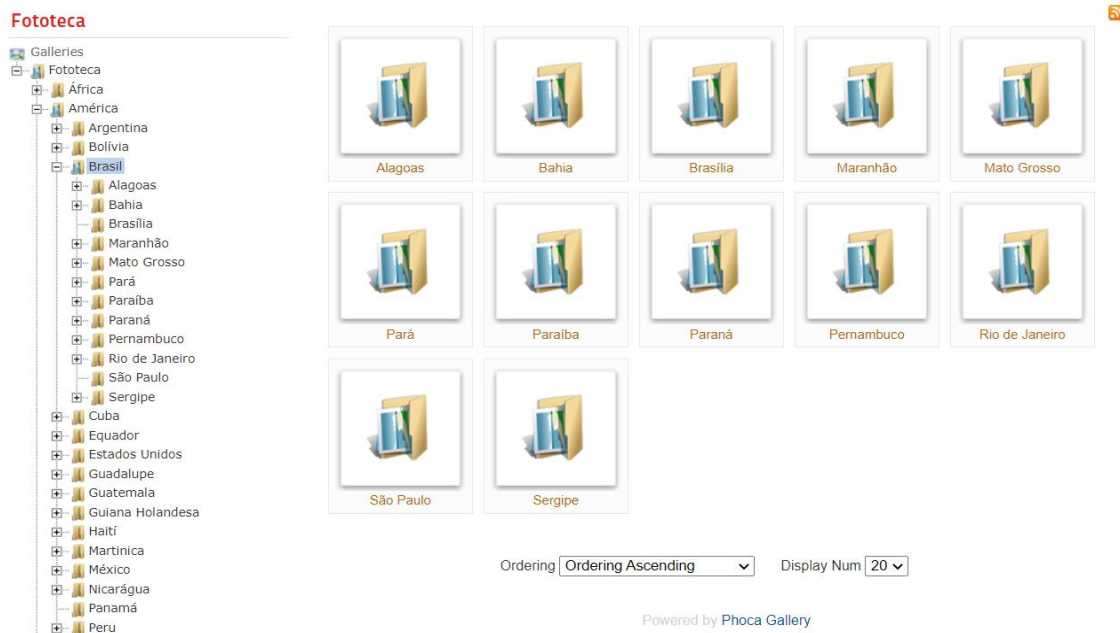


Fonte: Fundação Pierre Verger (2022).

Ainda sobre a realização da descrição arquivística de fotografias, ressalta-se a necessidade de compreender o contexto de produção para análise interpretativa dos discursos polissêmicos presentes no documento. Desta forma, as normas de descrição atendem ambas as análises por meio da padronização normativa. Tal afirmativa vai de encontro aos objetivos basilares das normas de descrição arquivística, ISAD(G), ISAAR (CPF) e NOBRADE, visto que a padronização e assertividade advinda de preceitos desses referidos instrumentos normativos viabilizam o balanceamento e a compreensão mútua entre a objetividade e subjetividade presente nas fotografias. Além disso, a realização do ato descritivo também demanda do arquivista conhecimentos intelectuais e interpretação do contexto sociocultural para garantir eficácia e qualidade nos resultados das atividades de representação da informação, pois como julga Durante (1993) a descrição arquivística abrange escrever elementos que viabilizem a identificação, organização e interpretação do testemunho que o item documental carrega.

Adiante, buscou-se identificar a existência de outros níveis de navegação, a fim de encontrar um padrão *modus operandi* da Fototeca. Notou-se que países com poucas fotografias disponibilizadas possuem níveis menores de interação. Em contrapartida, foi identificado um padrão oposto no caso de países com maior abundância de fotografias. Esses últimos possuem um nível de interação subsequente ao nível de país, desdobrando-se para o nível de estados. Designou-se o Brasil para contextualizar de forma visual a ordenação dos estados adotada, apresentada a seguir na figura 3.

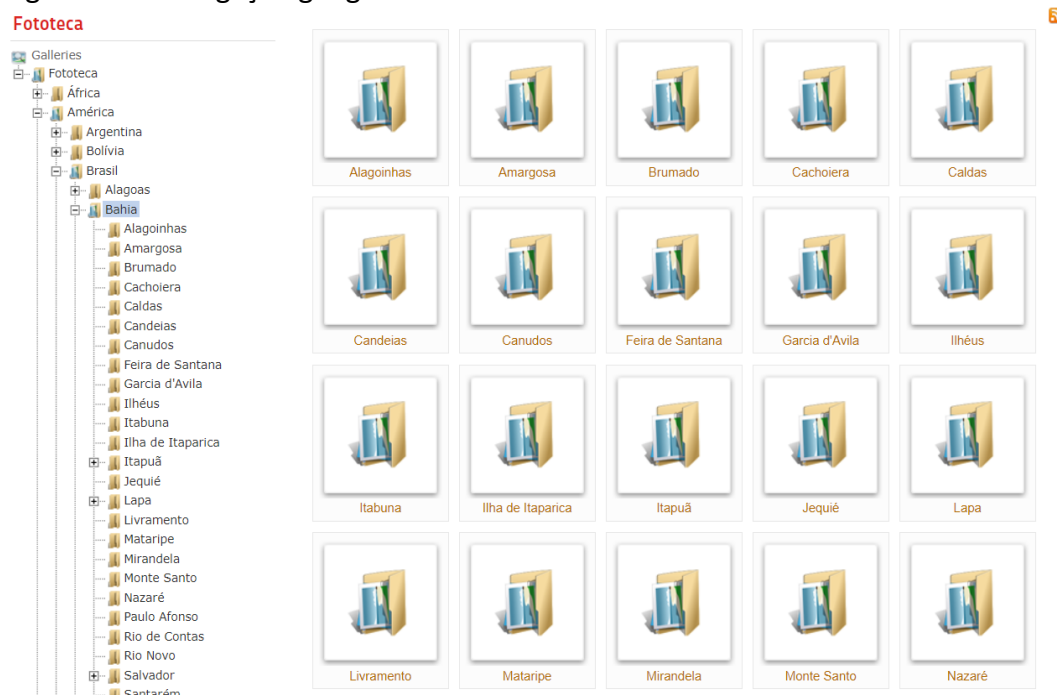
Figura 3 — Navegação geográfica da Fototeca: Brasil



Fonte: Fundação Pierre Verger (2022).

Em seguida, foram averiguadas outras possibilidades de interação existentes; neste caso, as cidades pertencentes a cada estado. Foi constatado que os estados com menor quantidade de fotografias disponibilizadas não foram divididos em nível municipal. Por outro lado, observou-se que na maioria dos casos, os estados possuem nível de interação subsequente, divididos em nível municipal. À vista disso, foi selecionado o estado da Bahia para apresentar o exemplo contextualizado na figura 4.

Figura 4 — Navegação geográfica da Fototeca: Bahia



Fonte: Fundação Pierre Verger (2022).

Retomando Sá (2018), é válido reiterar que a fotografia é um documento que viabiliza a atribuição de sentido, mas ao mesmo tempo circunscrita em caráter polissêmico que evoca interpretação aberta à subjetividade. Mediante a análise dos dados, constata-se que as atividades de descrição dispõem de cunho social ao promover o acesso a esses documentos fotográficos, tornando exequível a aproximação do pesquisador/usuário com a informação/documento, como também registra indícios que podem favorecer o processo de apropriação da informação orgânica, contribuindo para uma interpretação mais fidedigna das informações registradas da fotografia. Portanto, entende-se que a descrição arquivística padronizada amplia as possibilidades de acesso e apropriação por parte dos usuários, pois a descrição padronizada se pauta nos princípios arquivísticos, registrando elementos que contextualizam o item documental, respeitando a proveniência e organicidade.

Na coleta de dados, também foi observada a navegação das fotografias no nível municipal. O exemplo trazido na figura 5 apresenta os registros fotográficos produzidos em Cachoeira, cidade do interior do estado da Bahia.

Figura 5 — Navegação geográfica da Fototeca: Cachoeira

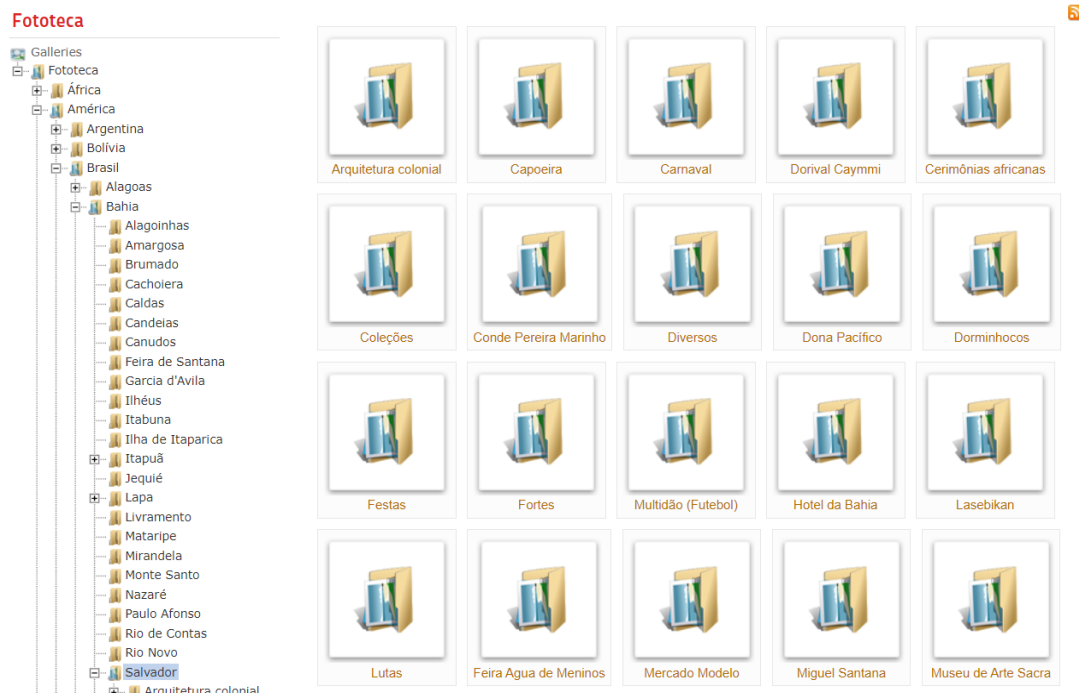


Fonte: Fundação Pierre Verger (2022).

Em contraponto, a navegação temática também foi identificada como método de navegação das fotografias. O padrão foi identificado em algumas interações em cidades dos continentes da África, América, Ásia e Oceania. Averiguou-se que a categorização temática foi utilizada para

ordenar hierarquicamente fotografias já compartimentadas no nível municipal. A cidade de Salvador foi uma das identificadas com o padrão e é apresentada na figura 6.

Figura 6 — Navegação geográfica e temática da Fototeca: Salvador



Fonte: Fundação Pierre Verger, 2022.

Neste caso de representação hierárquica, quando se alcança o nível de cidade, a descrição se dá pela temática, em que algumas fotografias são representadas a partir de aspectos subjetivos. Dessa maneira, pode-se identificar discursos polissêmicos na descrição de fotografias, quando essas são identificadas por temáticas, produtores, eventos, dentre outros elementos que as compõem. Malverdes e Lopez (2017) defendem que o registro fotográfico é fidedigno de um ato ao capturar um momento único, contudo, esse registro pode fomentar diversificadas interpretações. Mas quando as fotografias são organizadas e representadas a partir de normas e princípios arquivísticos, os elementos de descrição podem fomentar uma interpretação mais fundada do ato registrado.

A partir da observação direta da Fototeca, foram notados indícios da existência de uma classificação que se aproxima dos parâmetros adotados na arquivística; os quais refletem diretamente no modo de disponibilização de fotografias, na descrição multinível e na temática. Apesar de não explicitados para o usuário que interage com a Fototeca, o controle informacional acerca do contexto geográfico e temático das fotografias de Verger apontaram indícios da existência de um padrão para representação das fotografias disponibilizadas na Fototeca. Esse aspecto remete ao pensamento de Heredia Herrera (1991) quando defende as atividades de

representação temática e descrição física enquanto passos basilares para o estabelecimento de vínculo entre o Arquivo e o usuário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia, analisada enquanto documento, apresenta desde sua produção a necessidade de fazeres ligados à gestão documental. A análise e tratamento arquivístico concatenam-se como passos basilares para a compreensão do documento; de sua geração à disponibilização para usuários. Assim, as funções arquivísticas — dentre elas a descrição — são atividades norteadoras para a captura, análise e interpretação dos discursos polissêmicos inerentes aos registros fotográficos.

Logo, as normas de descrição arquivística — dentre elas a ISAD(G), ISAAR (CPF) e NOBRADE — configuram-se instrumentos norteadores, capazes de alinhar os discursos polissêmicos advindos desses referidos documentos fotográficos. A descrição padronizada a partir dos preceitos apresentados nas normas arquivísticas permite o estabelecimento de uma linguagem ampla e universalizada; esta viabiliza o acesso e interação de um fundo arquivístico, no caso deste artigo, o acervo fotográfico de Pierre Verger.

Desta forma, dada a disponibilização das fotografias da Fototeca, foram compreendidas similaridades relacionadas aos preceitos arquivísticos de descrição. A visualização sistêmica e hierárquica remete aos fundamentos da ISAD(G), ISAAR (CPF) e NOBRADE ao estabelecerem descrições de multinível, desde o nível macro ao item documental. Os discursos polissêmicos classificados por Campos (2006) como objetivos foram identificados a partir da hierarquização analisada que perpassa por continentes, países, estados e cidades. A partir da classificação temática, foi compreendida a realização de análises e interpretações subjetivas que advém da análise intrínseca de cada fotografia.

A partir do exposto, constatou-se que a fotografia carrega discursos polissêmicos e, por isso, sua interpretação passa a ser pautada a partir do ponto de vista do sujeito observador ao considerar os elementos que ela materializa. Contudo, o processo de descrição arquivística, por ser realizado considerando os princípios arquivísticos, elenca elementos que contextualizam o registro fotográfico buscando representá-lo da maneira mais fidedigna possível. Logo, a descrição se caracteriza enquanto labor basilar para consolidação do fazer arquivístico de qualidade, pois entende-se que a descrição arquivística pode favorecer o processo de apropriação da informação orgânica e a interpretação de conteúdos socioculturais cristalizados na fotografia.

REFERÊNCIAS

BARADEL, Alex. **Memórias de Pierre Verger**: o acervo fotográfico da Fundação Pierre Verger. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2015.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, v. 5, p. 17-31, 2006. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2018/02/pdf_07e37c2513_0000029461.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 35, p. 47-54, 1993. Disponível em: <https://www.archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>. Acesso em: 12 set. 2022.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. Acesso em: 10 set. 2022.

FUNDAÇÃO PIERRE VERGER. Site oficial. 2022. Disponível em: <https://www.pierreverger.org/br/>. Acesso em: 22 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, p. 293-299, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/Pmyvd5J6ss7fhcQbqzJtflM/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 10 set. 2022.

HENRIQUE, Sónia Isabel Duarte Pereira. **O lugar da fotografia nos arquivos**: uma proposta de reavaliação. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 72p., 2010. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/5425>. Acesso em: 01 out. 2022.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. A fotografia e os arquivos. **Revista Photo & Documento**, [S.l.], n. 2, 2016. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/taianacan-items/21567/79053/89-204-13-PB.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. London: P. Lund, Humphries & co., Ltd., 1937. Disponível em: <https://archive.org/details/manualofarchivea00iljenk/mode/2up>. Acesso em: 15 set. 2022.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Atelier, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LOPEZ, André Porto Ancona. As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MALVERDES, André; LOPEZ, André Porto Ancona. A fotografia e seus tentáculos: interpretações possíveis no universo dos arquivos. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 24-25, mar./ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/103427>. Acesso em: 01 out. 2022.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PAVEZI, Neiva; FLORES, Daniel; PEREZ, Carlos Blaya. Proposição de um conjunto de metadados para a descrição de arquivos fotográficos considerando a Nobrade e a Sepiades. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 197-205, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/nxnvtNm3qwtXGrJ4HN8Dq3C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2022.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Organização de fotografias: análise, tematização e determinação de discursos da fotografia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 3, p. 191-203, set./dez. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100019>. Acesso em: 04 out. 2022.

SÁ, Alzira Tude de. A imagem fotográfica como representação e documento. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 91-108, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/ies/article/view/37898>. Acesso em: 20 set. 2022.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. **Visualidades**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 151-164, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/23089>. Acesso em: 01 out. 2022.

SMIT, Johanna W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: SMIT, Johanna W. (Coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987. p. 101-113.

NOTAS DE AUTORIA

Caroline dos Santos Araújo

Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/8835495698494295>

Ana Claudia Medeiros de Sousa

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Graduação em Biblioteconomia e Arquivologia. Docente Adjunto do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/7692330654655603>